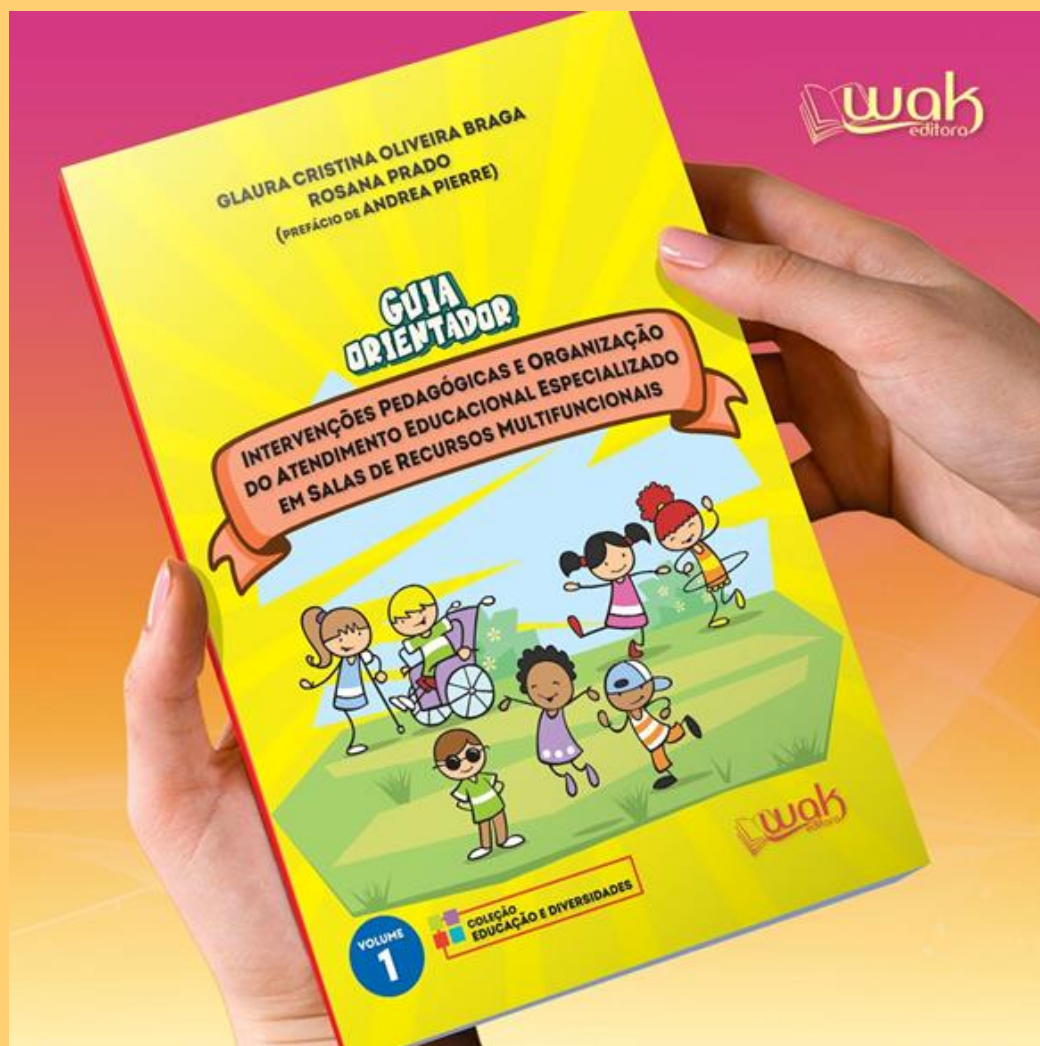




INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
Congresso Internacional e Seminário Nacional do INES
COINES 2022: 165 anos de desafios e conquistas



Elaboração de um guia orientador para nortear as intervenções pedagógicas e organização do Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais

Glaura Cristina Oliveira Braga
Rosana Prado / INES

2022



Introdução



Trajatória/ Problema

- Professora da rede pública/ Pedagoga/ Psicopedagoga
- A inclusão do aluno deve transpor barreiras de ensino e aprendizagem.
- A temática deste estudo se vincula ao AEE enquanto serviço de apoio da Educação Especial na perspectiva da escola inclusiva.
- Refletir com o professor sobre o seu papel diante de uma escola aberta para a diversidade com possibilidade de educação para todos.
- Orientar o desenvolvimento das propostas pedagógicas com adaptações e flexibilizações curriculares junto ao AEE de caráter organizativo e de funcionamento.



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

- Legislação que rege as políticas públicas educacionais na Perspectiva da Educação Inclusiva, nas
- Orientações do MEC quanto ao trabalho do AEE e na implementação e funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM),
- Legislação que garante e afirma uma educação bilíngue para alunos surdos.
- Somam-se a esse referencial pesquisas sobre Mediação Pedagógica na perspectiva de Vygotsky (1987, 1989, 1995, 1997, 2007) e Feuerstien (1980, 1989, 1991, 1994, 1997), Glat (2004, 2007, 2010, 2012), Mantoan,(1998, 2003, 2006, 2007, 2014), Mazzota,(2005), Meireles, (2010, 2014, 2015) Mendes (1995, 2006) Moreira (2011, 2012, 2016), Quadros (2008), Skliar (2006) entre outros.



OBJETIVO GERAL



Desenvolver um produto que é um Guia Orientador para nortear as intervenções pedagógicas junto aos Professores das SRM, que contém instrumentos para o processo de avaliação e de elaboração do Plano de AEE e do Plano Educacional Individualizado (PEI), para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais e dentre eles os surdos, visando o seu desenvolvimento integral, orientando, também, a construção de currículos adaptados e a sua flexibilização.



MATERIAIS E MÉTODOS

- **Estudo da revisão da literatura**
- **Pesquisa-Ação será desenvolvida junto às salas de recursos multifuncionais pertencentes às escolas públicas de Niterói**
- **Escrita do Referencial Teórico e a construção do Guia Orientador com base nas trocas e consultas com as professoras do referido município.**

ESTRUTURA DO GUIA ORIENTADOR

1. Apresentação: uma conversa com os professores

2. Para compreender o trabalho de AEE:

- Conceituando o a AEE (funções, publico alvo, materiais, espaços etc)
- Conceituando a Sala de Recursos Multifuncionais
- Conceituando a mediação pedagógica (tipos de mediação escolar)
- Adequações e adaptações do fazer pedagógico (adaptação curricular, adaptações de acesso ao currículo e flexibilizações curriculares)

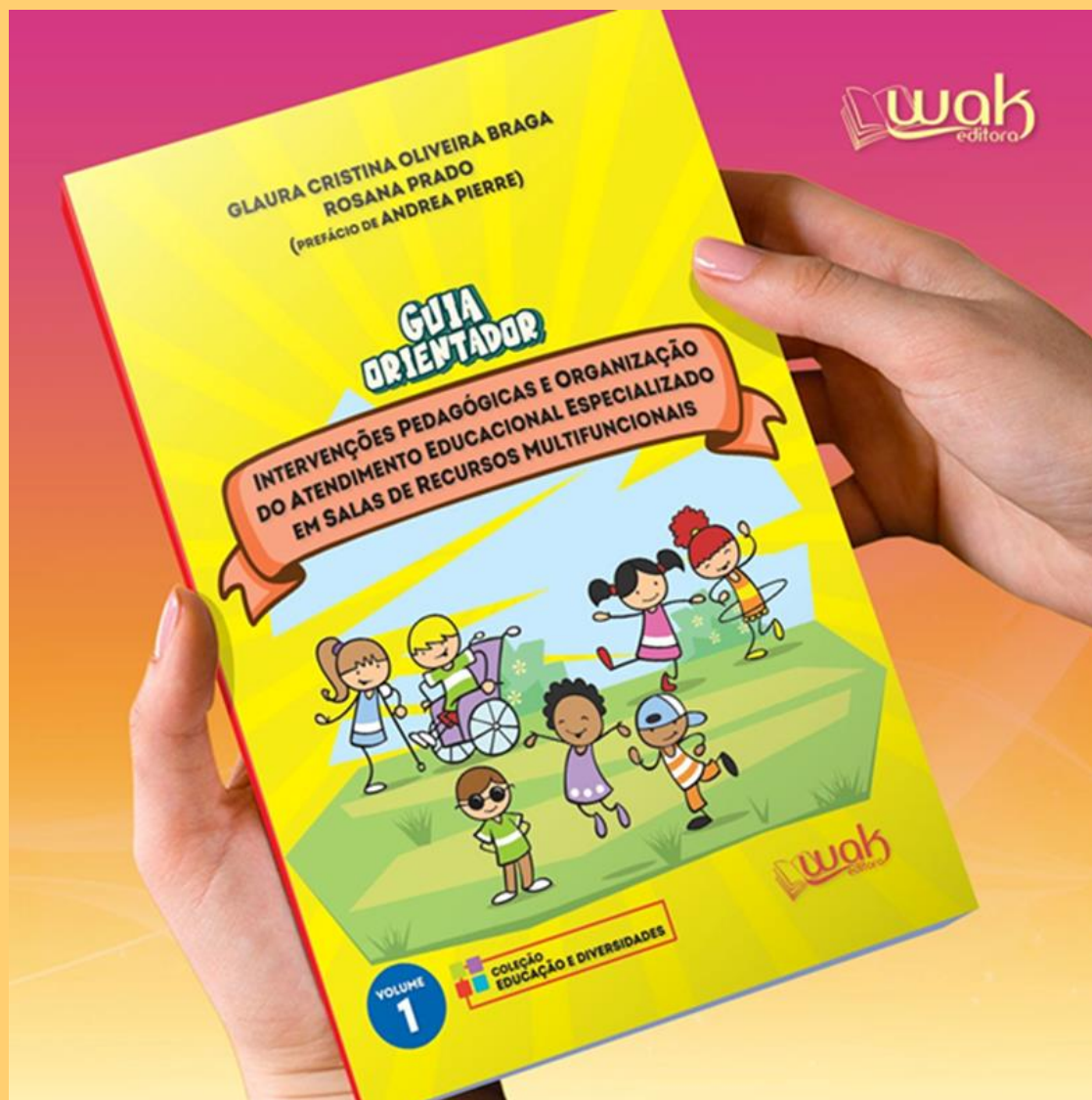
3. Modelos

- Modelos
 - Anamnese
 - Ficha de avaliação pedagógica inicial
 - Plano de AEE
 - Plano de Ensino Individualizado
 - Tabela de avaliação inicial do aluno
 - Tabela de avaliação da aplicação do PEI
- Materiais Didáticos úteis para o trabalho de SRM

4. Anexos

5. Legislações pertinentes

Algumas questões abordadas em nosso livro





Mudanças na prática

Você sabe o que é o AEE?


O AEE se torna a principal estratégia lidar com a diversidade e com as possibilidades de transformação da escola pública em um ambiente mais acolhedor, respeitoso e democrático para todos.



Por que esse
tipo de
Atendi-
mento?

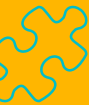


Como
organizar o
AEE na
Escola ?



As políticas públicas orientam que o – AEE é o serviço de apoio aos alunos com deficiência no cotidiano escolar.

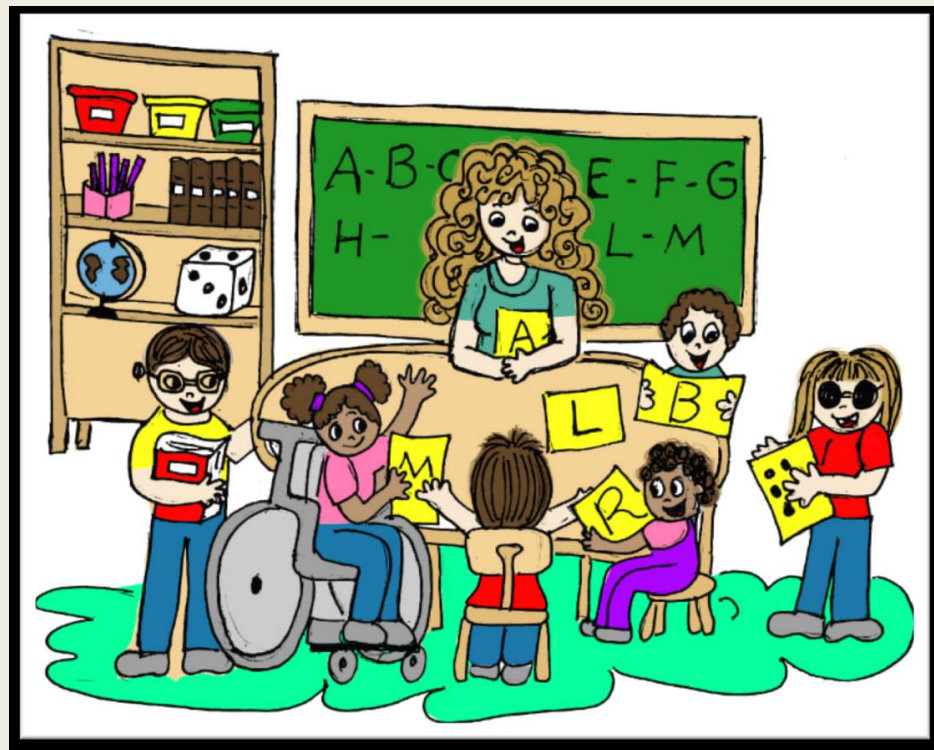
- **No entanto, as demandas não param de chegar, enfrentamos desafios todos os dias e nos perguntamos:**
- Como fazer?
- Quais os caminhos?
- Quais os instrumentos e as organizações necessárias? É possível?
- O que a lei garante?
- O que é função de quem?
- Quais os recursos?
- É obrigatório?
- Quais os direitos? E deveres? Como organizar?



Como se caracteriza o atendimento?

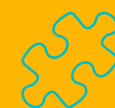


O AEE poderá ser realizado em atendimentos individuais ou em grupos



A atuação no AEE deve ser caráter interativo e interdisciplinar.

O AEE não se configura como aula e sim como atendimento pedagógico especializado



O AEE

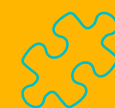
realiza: Um importante trabalho de mediação pedagógica.



A mediação desenvolvida com as crianças que possuem alguma deficiência precisa ser motivada pelo princípio de que todos são capazes de aprender.

Acreditar nas possibilidades de aprendizagem de todos os seres humanos contribui para um novo olhar no que se refere à educação especial.

O cerne de trabalho pedagógico passa a ser o que o aluno é capaz de aprender e experimentar.



Mediação Pedagógica



O trabalho de mediar deve ser motivador, desafiador, de maneira a estimular novas descobertas e apoiá-lo no enfrentamento das limitações na busca por estratégias e recursos que auxiliem sua aprendizagem.

O AEE proposto pelo MEC para pessoas com surdez

*Aluno surdo incluído em classes regulares e acompanhados pelo AEE no contra-turno:

Modalidades de atendimento de AEE para as pessoas com surdez:

--O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM LIBRAS (conteúdos ensinados em Libras na sala de recursos)

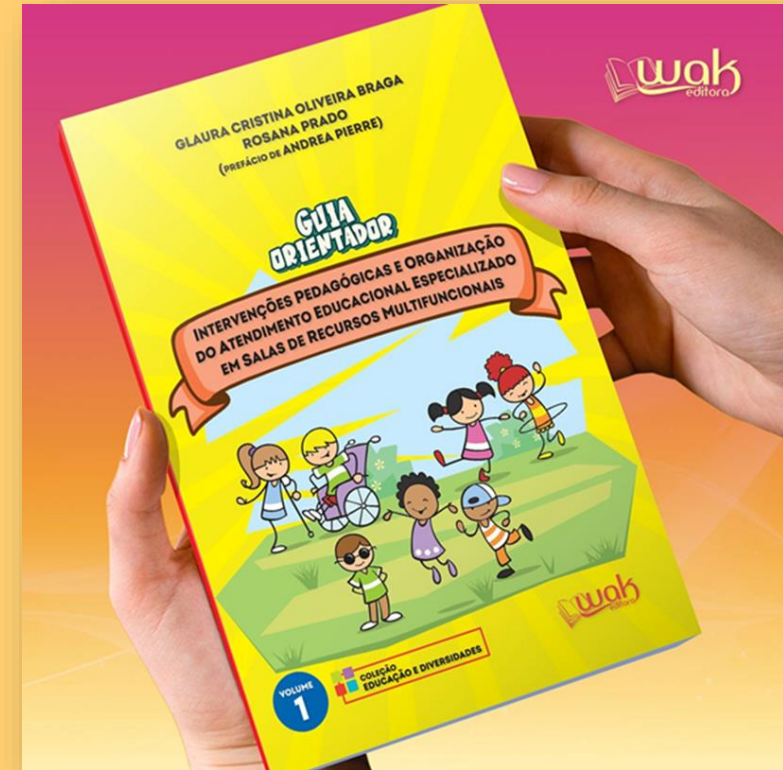
-- O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ENSINO DE LIBRAS (ensino de Libras na Sala de recursos)

-- O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA. (ensino de Língua Portuguesa como segunda Língua na sala de recursos)

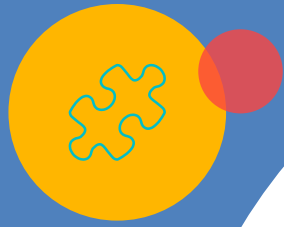


Considerações finais

O intuito é abranger o desenvolvimento integral do educando, dando ao professor um norte para as suas ações educacionais, e promover o bem estar social, físico e o desenvolvimento cognitivo diante do seu potencial. Este produto poderá contribuir com o fazer pedagógico e com a afirmação das políticas públicas de inclusão, pois traz meios para viabilizar o AEE que é uma das principais orientações para o atendimento de alunos com deficiência nas escolas.



Obrigada!



**glaurabraga@gmail
.com**

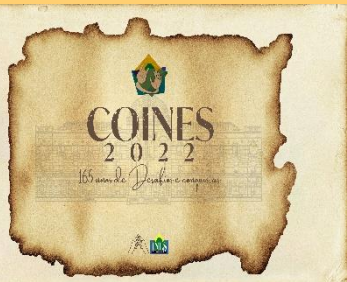


@rosanaprado.ines



rosanaprado.ines@gmail.com





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 4024 de 20 de dezembro de 1961. Brasília: Diário Oficial da União, 27 dez. 1961. _____. Lei 5.692, de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e da outras providencias. Diário Oficial da República federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 de ago. 1971. _____. Decreto Nº 72.425, DE 3 DE JULHO DE 1973. _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. _____. Ministério da Educação e Cultura . Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF: CORDE, 1994. _____. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 de dez. 1996 _____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental – Deficiência visual – vol. 1 – Série Atualidades Pedagógicas 6. Brasília, 2001.

_____. Brasil. Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado / elaboração Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. _____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, 2008a. **Secretaria de Educação Especial**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. _____. [Decreto nº 6571, de 17 de setembro de 2008b](#). Revogado pelo [Decreto nº 7.611, de 2011](#). Dispõe sobre o atendimento educacional especializado.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, 2008a. **Secretaria de Educação Especial.**

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

JANNUZZI, G. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. Campinas: Editores Associados, 1992.

MANTOAN, M. T. E. (1998) Ensino Inclusivo/Educação (de qualidade) para todos. In. Revista Integração, Ministério da Educação e do Desporto, SEESP, ano 8, n. 20. p. 30-32.

_____. M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
MAZZOTTA, Marcos. J.S. Educação Especial No Brasil: História e políticas públicas. 5^a.ed.-São Paulo: Cortez, 2005

MEIRELES, Rosana Maria do Prado Luz. Políticas de inclusão e práticas pedagógicas na educação de alunos surdos: Programa de Bilinguismo de Niterói/RJ / Rosana Maria do Prado Luz Meireles. – 2014.
MENDES, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995.

MENDES, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.1995. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 1995. _____. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

MCNIFF, J. (2002) Action research f Action research for professional development or professional development: or professional development concise advice for new action researchers. Acessível em: <http://www.jeanmcniff.com/booklet1.html>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

PINTOR, Nelma Alves Marques. Uma Análise do projeto espaço integrado de desenvolvimento e estimulação (EIDE) na rede municipal de ensino de Niterói/RJ- Período2008-2009. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher) Instituto Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, RJ. 2011 . _____. Educação inclusiva. / Nelma Alves Marques Pinto. Rio de Janeiro: SESES, 2017. _____ PADILHA, A. M. L. O discurso da

inclusão social escolar: o sim e o não. In: JESUS, D. M. et al. (Org). Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007, p. 135-144.

PIOVESAN, Flávia - [Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas](#). Estudos feministas, Florianópolis, 16(3): 887-896, setembro-dezembro/2008 – JSTOR

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente / Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, Elisandra André Maranhe In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão, construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. RJ. Civilização Brasileira, 2003 <https://www.ebscohost.com/uploads/imported/thisTopic-dbTopic-1073.pdf>

[TRIPP, David](#). **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. *Educ. Pesqui.* [online]. 2005, vol.31, n.3, pp.443-466. ISSN 1517-9702 <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>